

## Após pressão do Sindicato, Regap recua em medida sobre transporte



Após pressão do Sindicato, a gerência da Regap voltou atrás em medida sobre o trajeto dos veículos de transporte dos trabalhadores e trabalhadoras do turno. O Sindipetro/MG denunciou as medidas unilaterais tomadas pela gestão da refinaria e fez várias negociações, conseguindo mudanças nas regras do trajeto para reduzir o tempo dentro dos veículos na ida e volta para a refinaria.

De acordo com relatos, houve aumento do tempo do trajeto do transporte de turno após implementação de regra que exigia o cumprimento de toda a rota, mesmo com a ausência de passageiros. O que ocorre por motivo de licença médica, férias, troca de turno, uso de veículo próprio etc. Com a medida, os trajetos passaram a superar em muito a meta prometida de 1h a 1h30 de tempo interior

dos veículos, ocasionando um grande desgaste aos empregados e motoristas. Além de causar a redução das horas de descanso dos técnicos de turno que já fazem jornadas exaustivas de 12 horas ininterruptas.

“Depois de muita pressão, conseguimos fazer com que a Petrobrás voltasse atrás nessa medida que só prejudicava os trabalhadores. Com isso, a expectativa é que o tempo do trajeto diminua significativamente”, comemora o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

### Reunião de SMS e RH

No dia 9/04, o Sindipetro/MG participou de Reunião de RH e SMS com a gerência da Regap e, dentre outras pautas, elencou o grave problema do transporte de turno. No entanto, o gerente geral da Refinaria havia se negado a reverter a medida, limitando-se a

propor mais um novo “estudo”. Esse foi o mesmo encaminhamento para as demandas envolvendo o transporte administrativo, que também tem apresentado superlotação de algumas linhas e trajetos com mais de duas horas em Belo Horizonte.

Além disso, outros problemas crônicos e graves seguem sem solução, como a situação recorrente e insustentável de abusos por parte de empresas contratadas, envolvendo: não pagamento ou atraso de salários, benefícios e horas extras (Martins, FSFX, HMOC), assédio moral e alta rotatividade (Green), problemas de condições de trabalho e como problemas na qualidade de uniformes (Comando G8, Green, FSFX, Martins).

Também foram levadas a necessidade de melhorias na poda, limpeza, desobstru-

ção de canaletas, iluminação e manutenção das áreas operacionais. A gerência da unidade realizou apresentação de plano para regularização e calibração de PSVs, conforme demanda do Sindicato, e se comprometeu a intensificar as intervenções e a avaliar a possibilidade de reformas de prédios e salas em condições mais precárias, como CIC e U-47.

Casos crônicos de infraestrutura seguem sem solução imediata, como em relação às condições de trabalho no patamar superior do reator e elevador do Coque e a garantia de melhores condições no espaço de Coworking. O Sindicato reafirmou, ainda, a demanda histórica da categoria quanto a necessidade de ampliar a reposição de efetivo, incluindo a retomada de postos de trabalho que foram retirados, como o sexto operador de painel do HDT.

## 1º de Maio: ato unificado será às 9h na Praça Raul Soares



Neste 1º de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, o Sindipetro/MG convida a categoria petroleira para se somar às lutas da classe trabalhadora nas ruas. Em Belo Horizonte, haverá ato unificado às 9 horas na Praça Raul Soares.

É importante lembrar que o 1º de Maio é uma das mais antigas datas internacionais de luta dos trabalhadores e remete à uma grande Greve Geral ocorrida em Chicago, nos Estados Unidos em 1886, com uma reivindicação central: a diminuição da jornada de trabalho.

Em 2026, os trabalhadores ainda lutam pela redução de jornada sem redução de salário e pelo fim da escala 6x1. Na pauta do movimento sindical e social em Minas Gerais estão também a defesa dos serviços públicos e a luta contra

a privatização da Copasa.

Recentemente, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) tomou decisão que proíbe a Copasa de tomar qualquer atitude concreta em relação à venda das ações da companhia e à privatização até que eles julguem a questão de forma conclusiva. A decisão representa uma vitória da mobilização dos trabalhadores em apontar diversas irregularidades no processo de desestatização promovido pelo governo de Romeu Zema.

“O 1º de Maio é uma data para que cada trabalhadora e trabalhador brasileiro se conscientize de que é a sua força de trabalho que faz o Brasil acontecer, portanto, é justo que tenhamos condições dignas de trabalho e de vida”, afirma Carmen Lúcia Rodrigues, diretora do Sindipetro/MG.

## Fim da Escala 6x1 avança na Câmara dos Deputados



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou no dia 22/04, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da jornada de trabalho 6x1. O avanço da proposta ocorre após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), rejeitar o Projeto de Lei (PL 1838/26) enviado pelo presidente Lula.

Após a aprovação na CCJ, a PEC seguirá para uma Comissão Especial, em que o mérito será discutido a fundo e o texto poderá sofrer alterações (substitutivos). Somente após essa fase é que a proposta irá ao Plenário da Câmara, onde precisará de 308 votos em dois turnos antes de seguir para o Senado.

O fim da escala 6x1 movimenta intensos deba-

tes entre a base governista, que abraçou a causa, e a oposição, que tenta contemplar os interesses do setor econômico e da mesma elite que já foi contra o fim da escravidão e de avanços na legislação trabalhista. O governo Lula defende a modernização das relações de trabalho como parte da agenda de desenvolvimento social e econômico.

Um levantamento da economista Marilane Teixeira, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, mostra que a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas, com o fim da escala 6x1, tem potencial de gerar até 4,5 milhões de novos empregos no Brasil e elevar em cerca de 4% os níveis de produtividade no país.